

# TERMO DE REFERÊNCIA

## SESC VENDA NOVA

### EXECUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM E ESGOTAMENTO SANITÁRIO (PRECEND) - (ETAPA A)

#### INFORMAÇÕES PRINCIPAIS

TIPO <b>Construção</b>	MODALIDADE: Menor preço	REGIME DE EXECUÇÃO: <b>Preço unitário</b>
---------------------------	----------------------------	--

PRAZOS:	EXECUÇÃO CONTRATUAL	<b>300</b> DIAS CORRIDOS	A CONTAR: <b>da emissão do Termo de Início</b>
	VIGÊNCIA CONTRATUAL	<b>421</b> DIAS CORRIDOS	A CONTAR: <b>da assinatura do contrato</b>

ANEXOS TÉCNICOS DISPONIBILIZADOS AOS PROPONENTES:	- Caderno de Especificações (especificações do projeto/objeto)
	- Caderno de Planejamento (plano de ataque)
	- Cronograma Físico de Referência (executivo, em dias corridos)
	- Orçamento Básico de Referência
	- Planilha de BDI
	- Projetos

ELABORADO POR: Luanna da Silva Diamantino	DATA: <b>11/01/2023</b>
REVISADO POR:	DATA:
REVISADO POR:	DATA:

#### CONTROLE DE REVISÕES

REVISÃO	DESCRIÇÃO	DATA
REV.00	EMIÇÃO INICIAL	14/12/2023

## SUMÁRIO

1.	OBJETO.....	3
2.	REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	3
3.	ORÇAMENTO ESTIMADO.....	3
4.	PRAZOS DE MOBILIZAÇÃO, EXECUÇÃO E VIGÊNCIA .....	3
5.	SUBCONTRATAÇÃO.....	3
6.	QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	3
7.	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA .....	4
8.	GARANTIAS E SEGUROS .....	5
8.1.	GARANTIA A EXECUÇÃO .....	5
8.2.	SEGURO DE RISCO DE ENGENHARIA .....	5
8.3.	SEGURO COLETIVO CONTRA ACIDENTE DE TRABALHO .....	5
9.	ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.....	5
10.	REAJUSTE.....	6
11.	CRITÉRIO DE MEDIÇÃO.....	6
12.	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	7
13.	RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.....	8
13.1.	COMUNICAÇÃO DO TÉRMINO DO SERVIÇO.....	8
13.2.	TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO .....	8
13.3.	TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO .....	8
14.	VISITA TÉCNICA.....	9
15.	ORIENTAÇÕES GERAIS.....	9

## LISTA DE SIGLAS

<b>ABNT</b> – Associação Brasileira de Normas Técnicas	<b>GRD</b> – Guia de Remessa de Documentos
<b>APR</b> – Análise Preliminar de Risco	<b>IT</b> – Instrução Técnica
<b>ART</b> – Anotações de Responsabilidade Técnica (CREA)	<b>MD</b> – Memorial Descritivo
<b>AVCB</b> – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros	<b>NBR</b> – Norma Brasileira Regulamentadora
<b>CAT</b> – Certidão de Acervo Técnico	<b>NR</b> – Norma Regulamentadora
<b>CAU</b> – Conselho de Arquitetura e Urbanismo	<b>PNE</b> – Portadores de Necessidades Especiais
<b>CBMMG</b> – Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais	<b>PCMAT</b> – Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil
<b>CEI</b> – Cadastro Específico do INSS	<b>PCMSO</b> – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
<b>CFTV</b> – Circuito fechado de televisão	<b>PRECEND</b> – Programa de Recebimento e Controle de Efluentes para Usuários não Domésticos (COPASA)
<b>CIPA</b> – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes	<b>RDO</b> – Relatório Diário de Obras
<b>CLT</b> – Consolidação das Leis Trabalhistas	<b>RRT</b> – Registro de Responsabilidade Técnica (CAU)
<b>CNO</b> – Cadastro Nacional de Obras	<b>SDAI</b> – Sistema de detecção e alarme de incêndio
<b>CREA</b> – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia	<b>SESMT</b> – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho
<b>CTPS</b> – Carteira de Trabalho e Previdência Social	<b>SINAPI</b> – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (CAIXA)
<b>DAE</b> – Documento de Arrecadação Estadual	<b>SPCI</b> – Sistema de prevenção e combate a incêndio
<b>EAP</b> – Estrutura analítica de projeto	<b>SPDA</b> – Sistema de proteção contra descargas atmosféricas
<b>EPC</b> – Equipamento de Proteção Coletiva	<b>TR</b> – Termo de Referência
<b>EPI</b> – Equipamento de Proteção Individual	
<b>GFIP</b> – Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social	

## CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DE CONTRATAÇÃO

DOCUMENTO	CONTEÚDO
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>	Informações sobre os parâmetros da contratação (regime de execução, critério de julgamento, qualificações, garantias, subcontratação etc.)
<b>CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES</b>	Especificações do objeto a ser contratado (quais disciplinas e/ou serviços serão contratados especificando materiais e nível de detalhamento necessário).
<b>CADERNO DE PLANEJAMENTO</b>	Informações de planejamento de execução do objeto (documentação de mobilização, cronograma de referência, horário de trabalho, planejamento do canteiro de obra, licenças necessárias etc.)

## 1. OBJETO

*Contratação de empresa especializada para execução de rede de drenagem e esgotamento sanitário (PRECEND) – (Etapa A), para a unidade SESC Venda Nova, conforme projetos executivos anexos.*

A unidade está localizada no endereço: **Rua Maria Borboleta, sem número, bairro Letícia, em Venda Nova - MG, CEP 31640-120. Link de acesso: [Sesc Venda Nova](#)**

## 2. REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A forma de execução e critério de julgamento do objeto será através do **regime de preço global** adotando, conforme especificidade do objeto, o regime de execução empreitada por preço unitário.

## 3. ORÇAMENTO ESTIMADO

O orçamento estimado para esta contratação é de **R\$ 3.017.119,20 (três milhões, dezessete mil, cento e dezenove reais e vinte centavos)**.

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 dias contados a partir de sua data de apresentação.

A proposta de preços da empresa deverá estar conforme o modelo disponibilizado junto à contratação. Esta consta automatizada para viabilizar o preenchimento dos valores unitários pela empresa em conformidade com os critérios de aceitabilidade e exequibilidade pertinentes à posterior validação da proposta, atrelados a conformidade das descrições, quantitativos, e, no caso de haver de planilha de referência, limitação dos valores unitários e totais no intervalo entre 75% e 100% dos de referência,

Demais condições devem ser observadas nas Condições Contratuais ou Minuta Contratual.

## 4. PRAZOS DE MOBILIZAÇÃO, EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O prazo de mobilização de contrato é de **30 (trinta dias)** dias corridos, a contar da data da **reunião de kick off**.

O prazo de execução do objeto é de **300 (trezentos)** dias corridos, a contar da data da **emissão do Termo de Início**.

O prazo de vigência do contrato é de **421 (quatrocentos e vinte e um)** dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato.

## 5. SUBCONTRATAÇÃO

Será admitida subcontratação parcial de itens do objeto, desde que os respectivos itens NÃO sejam os itens cuja qualificação técnica foi solicitada e ainda, limitados estes ao percentual máximo de 40% do valor do contrato.

Havendo a necessidade de subcontratação, esta deverá ser autorizada formalmente pela fiscalização do Sesc em Minas, desde que sua viabilidade e vantagem sejam demonstradas.

Para autorização pela Fiscalização, a Contratada deverá comprovar as regularidades fiscais e tributárias, bem como a capacidade técnica de sua(s) pretensa(s) subcontratadas durante a fase de execução do objeto.

## 6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A licitante/consorciada deverá comprovar patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

## 7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A **Contratada** deverá dispor de equipe técnica adequada para desenvolvimento do objeto, inclusive uma equipe mínima de apoio administrativo. Deverá indicar profissional habilitado e devidamente registrado no CREA, com formação em engenharia, que será designado coordenador responsável pela execução do objeto.

Este profissional será o elemento de ligação entre a **Contratada** e a **Contratante** durante a execução do contrato. Será o responsável pela execução de todas as atividades desta contratação bem como documentações necessárias ao perfeito entendimento e execução do objeto contratado, mantendo a uniformidade das informações.

O profissional indicado pela proponente para fins de comprovação da Qualificação Técnico Profissional e Responsabilidade Técnica, deverá participar diretamente do desenvolvimento das atividades, em todas as etapas do objeto em questão e conforme carga horária indicada no item de mão de obra indireta do Caderno de Especificações.

Na impossibilidade da participação do referido profissional, a **Contratante** admitirá a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que comprovada nos mesmos termos determinados neste documento. A autorização da substituição deste profissional deverá ser devidamente formalizada entre as partes.

A documentação técnica a ser apresentada é a seguinte:

- Certidão de registro de **pessoa jurídica** no CREA, em nome da proponente, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação.
- Certidão de registro de **pessoa física** no CREA atualizada, relativa ao(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) solicitado(s), com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação.
- Atestado **em nome do profissional**, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado distinta da proponente, devidamente registrados no CREA, através de CAT, comprovando a execução:

1	Execução de obra: Estrutura de concreto armado.	10,00	m³
2	Execução de obra: Rede de drenagem	400,00	m

Observações:

- Para os itens 1 e 2 do quadro acima, a soma dos atestados apresentados pelas proponentes está condicionada ao máximo de 3 (três) atestados para cada disciplina.

Não serão admitidos atestados de obras em andamento.

O atestado solicitado deve ser similar ao objeto/serviço a ser executado.

Os itens indicados para comprovação de qualificação técnica correspondem aos itens de maior relevância no escopo da contratação.

Será exigido no ato da assinatura do contrato a comprovação da efetiva contratação dos profissionais detentores das Certidões de Acervo Técnico que tenham sido apresentados sob forma de declaração na fase de habilitação.

O responsável técnico, detentor do atestado apresentado, deverá demonstrar vínculo com a proponente, mediante apresentação de ato constitutivo e/ou estatuto e/ou contrato social em vigor, e/ou ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente; ou empregado, mediante apresentação do registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho ou de prestação de serviço ou através de declaração na qual o profissional autoriza a inclusão de seu nome para fim de participação na concorrência, sendo que esta declaração deverá ser assinada pelo respectivo profissional.

A Contratante poderá solicitar formalmente à Contratada a substituição de membros de sua equipe técnica, assim como o reforço da mesma, atrelada ao planejamento previsto, a qualquer momento que julgar necessário. O atendimento à solicitação deverá respeitar o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação formal.

Na fase de mobilização de contrato, a critério da **Contratante**, será exigida e avaliada pelo fiscal do contrato, a experiência da equipe técnica conforme item correspondente no Caderno de Especificações, e de empresas subcontratadas, através dos registros na carteira de trabalho, curriculum profissional, cópia(s) de contrato(s), atestados emitidos por pessoa jurídica, ART/RRTs, declaração(ões) ou outros documentos idôneos que comprove(m) que o profissional possui a experiência mínima exigida, ininterruptas ou não, na prestação de serviços, compatíveis com o objeto ora licitado/contratado. A documentação deverá ser devidamente aprovada pela **Contratante**.

## 8. GARANTIAS E SEGUROS

### 8.1. Garantia a execução

A Contratada deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias corridos, contados da reunião de kick off, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual total de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, poderá decidir-se por uma das seguintes alternativas para promover o recolhimento.

- I. caução em dinheiro;
- II. fiança bancária;
- III. seguro garantia.

A garantia apresentada deverá assegurar o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do descumprimento total ou parcial do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos de qualquer natureza causados ao **Contratante** pela **Contratada**, seus empregados ou prepostos;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Sesc em Minas à **Contratada**;
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não honradas pela **Contratada**.

Para fins de recolhimento dos valores da caução, será facultado à Contratada eleger, mediante manifestação formal, na data de abertura da conta, dentre as seguintes opções: CDB pós-fixado ou poupança, conforme condições e bancos que o SESC adota como modalidade para aplicação de valores. A omissão da Contratada no prazo fixado pelas partes implicará na escolha automática da modalidade pelo Sesc Minas.

### 8.2. Seguro de risco de engenharia

A **Contratada** deverá apresentar ao **Contratante**, no prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias corridos, contados da data da reunião de kick off, Seguro de Riscos de Engenharia, ou, no mínimo, seu protocolo de solicitação junto à seguradora, com validade até a data final de vigência do Contrato. O Seguro deve ter as seguintes coberturas:

- a) Obras civis em construção, cobrindo 100% do valor total do Contrato;
- b) Responsabilidade civil geral, cobrindo 5% do valor total do Contrato;
- c) Responsabilidade civil cruzada, cobrindo 5% do valor total do Contrato.

### 8.3. Seguro coletivo contra acidente de trabalho

A **Contratada** deverá apresentar ao **Contratante**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da reunião de kick off, Seguro Coletivo Contra Acidente de Trabalho em vigor, devendo a **Contratada** manter ininterrupta sua vigência até a data final de vigência do Contrato, realizando todas as renovações necessárias neste período, contendo as coberturas básicas de morte, invalidez e coberturas adicionais de despesas médicas e hospitalares, sem prejuízo do seguro obrigatório contra acidentes de trabalho previsto no art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal, e regulado pelas Leis nº 8.212/91 e 8.213/91.

O Seguro Coletivo Contra Acidente de Trabalho deve ter as seguintes coberturas:

- a) Morte e invalidez do segurado;
- b) Despesas médicas e hospitalares.

## 9. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Eventuais alterações contratuais que possam ocorrer durante a execução contratual, incluindo, mas não se limitando a acréscimos e supressões serão processadas na forma da legislação pertinente, devidamente fundamentada.

Sendo necessário o processamento de aditivo para inclusão de itens não previstos na planilha orçamentária, deverão ser considerados os seguintes critérios:

**a) Itens existentes na tabela Sinapi**

- Será pesquisado o valor do serviço mais apropriado, obtido a partir da tabela Sinapi, extraído do relatório na data base do orçamento ou último reajuste.
- Se necessário, serão realizados ajustes nas composições do Sinapi para adequar o serviço às particularidades executivas da obra;
- Sobre o valor do Sinapi incidirá o percentual do BDI do orçamento básico de referência;
- Será aplicado o fator de desconto apresentado pela proponente em relação ao orçamento referência.

**b) Itens não existentes na tabela Sinapi, que serão pesquisados em outros sistemas referenciais ou orçados com composição própria**

- A instituição utilizará a composição do sistema de referência, realizando os ajustes pertinentes e substituindo os preços dos insumos por aqueles existentes no Sinapi. Para os insumos novos, não existentes no Sinapi, a ordem de elaboração será pela busca em outros sistemas referenciais e no banco de preços governamental, adotando-se o menor preço. A composição deverá ser elaborada na última data base disponível no SINAP.
- No caso da adoção de insumos cotados no mercado, o valor será aquele informado na proposta. Sobre o valor da etapa anterior incidirá o percentual do BDI do orçamento básico de referência;
- Será aplicado o fator de desconto apresentado pela proponente em relação ao orçamento referência.

**c) Itens de serviços que não se enquadrarem nos itens acima, para os quais não são encontradas equivalência de insumo e/ou composição nos sistemas de referência de preços serão pesquisados no mercado**

- A instituição realizará pesquisa de mercado com o máximo possível de prestadores de serviço, adotando-se a média saneada ou, quando não for possível, ao menos a mediana da equalização, entre pelo menos 03 (três) preços, como preço final.
- Sobre o valor da etapa anterior incidirá o percentual do BDI do orçamento básico de referência;
- Será aplicado o fator de desconto apresentado pela proponente em relação ao orçamento referência.

**10. REAJUSTE**

Os preços deste Contrato poderão ser reajustados por acordo entre as Partes, tendo como limite máximo a variação do Índice Nacional de Custo da Construção da Fundação Getúlio Vargas - FGV (INCC-DI), ou no caso de sua extinção por outro indexador que venha a substituí-lo, devendo ser observado o período mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data base do orçamento de referência ou a data do último reajuste efetivado.

O reajuste só pode ser aplicado ao saldo remanescente do contrato, considerando o cronograma de entregas previsto. Os itens que não foram entregues, por atrasos gerados pela **Contratada**, não podem ser reajustados.

**11. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Os pagamentos serão realizados mediante emissão de nota fiscal conforme medição dos serviços efetivamente concluídos e aprovados pela fiscalização no mês de referência.

Para medição, a **Contratada** encaminhará à **Fiscalização**:

- a) A planilha com a medição dos serviços executados, aprovados pela fiscalização e de acordo com o critério de medição definido;
- b) Memórias de cálculo.
- c) Cronograma físico financeiro atualizado;
- d) Relatório periódico de execução;
- e) Histograma de mão de obra, material e equipamento;
- f) Certidões de regularidade (federal, estadual, municipal, FGTS, INSS);
- g) Documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas, por amostragem, caso demandado pela fiscalização.
- h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- i) GFIP da CONTRATADA, relativos aos funcionários com vínculo CLT;
- j) MTR - Manuseio e Transporte de Resíduos, quando pertinente,

- k) Controles tecnológicos de concreto;
- l) Demais documentos específicos afins ao cumprimento do objeto no período, por venturas pendentes no ato da medição (pagamento de parcela atualização de seguros, garantia, ART's/TRT's/RRT's etc.)

## 12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Os marcos de sanções constam devidamente representados no cronograma básico da contratação para execução do objeto em referência, distribuído em etapas e prazos, conforme condições estabelecidas no instrumento de contratação e apresentado no respectivo Caderno de PLANEJAMENTO.

É vedado à contratada descumprir total ou parcialmente as obrigações assumidas, considerando-se descumprimento contratual, dentre outras, as seguintes condutas:

- a) Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obras previstas nos documentos que integram a contratação.
- b) Paralisação desautorizada ou atraso no fornecimento de bens, na prestação de serviços ou na execução de obra ou de suas etapas;
- c) Entrega de mercadoria falsificada, furtada, roubada, receptada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso;
- d) Alteração de qualidade ou quantidade dos serviços/produtos fornecidos;
- e) Prestação de serviço em qualidade inferior ao pactuado;
- f) Não quitação de débitos junto ao Sesc em Minas.

É igualmente vedado à contratada a conduta ou omissão que configure inobservância à legislação vigente, à boa-fé objetiva, ou aos deveres anexos do contrato, tais quais a informação, fidelidade, respeito, probidade, cooperação e confiança.

Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a contratante poderá aplicar à contratada, separadas ou cumulativamente, as seguintes sanções:

1. Multa moratória calculada no percentual de 0,33% ao dia, limitada a 10% sobre o valor do material, serviço, etapa ou marco contratual entregue em atraso;
  - 1.1 A multa moratória apurada será descontada diretamente do pagamento do serviço ou fornecimento entregue em atraso, independente de notificação prévia da contratada e da aplicação das demais penalidades estipuladas nesta cláusula.
  - 1.2 Para fins de cálculo da multa moratória, a etapa de mobilização do contrato, quando prevista, terá seu valor correspondente a 10% do valor total do contrato.
2. Multa por inadimplemento parcial de até 10%, e por inadimplemento total de até 25% do valor do contrato ou do lote se o inadimplemento for limitado ao lote;
3. Rescisão unilateral por inadimplemento da contratada;
4. Suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com o Sesc por prazo não superior a 05 (cinco) anos, nas seguintes hipóteses:
  - 4.1 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida na execução do contrato;
  - 4.2 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 4.3 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 4.4 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - 4.5 Praticar, em face do Sesc, ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13.

Identificado possível inadimplemento, a contratante notificará a contratada para contraditório no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Esgotado o prazo da contratada, com ou sem manifestação, a contratante elaborará relatório circunstanciado, que será encaminhado à Autoridade Competente do Sesc para decisão acerca da aplicação de penalidades.

A penalidade aplicável será justificada em cada caso, a partir de ponderação que levará em conta fatores como a proporção dos prejuízos causados ao Sesc em Minas, a gravidade da infração cometida, a natureza e motivação da conduta ou omissão, o caráter pedagógico e seu histórico de atuação junto à contratante.

A aplicação de uma penalidade mais grave independe da anterior aplicação de penalidade mais leve.

A aplicação das penalidades de rescisão por inadimplemento e suspensão do direito de licitar e contratar podem, mediante justificativa, quando houver quebra de confiança, levar à rescisão, pela contratante, dos demais contratos vigentes com a contratada.

A aplicação de multa não impede a incidência de indenização suplementar caso os prejuízos sofridos pela contratante excedam o valor da multa fixada.

O valor da multa aplicada poderá ser retido dos pagamentos devidos pelo contratante e da garantia contratual prestada pela contratada, quando houver.

## 13. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

### 13.1. Comunicação do término do serviço

Tendo sido executados integralmente os serviços que compõem o objeto do contrato e estando este, em condições de ser recebido, inclusive com resolução das pendências porventura formalizadas pela fiscalização em check list's elaborados ao longo da execução contratual, e com a entrega de todos os projetos e documentos correlatos ao objeto, a **Contratada** deverá comunicar à **Fiscalização** a conclusão da execução do objeto, por escrito e dentro do prazo de execução contratual, a fim de que seja realizada vistoria para fins de recebimento definitivo provisório/ definitivo.

A emissão da comunicação acima referida fora do prazo de execução contratual caracterizará atraso, sujeitando a **Contratada** às penalidades cabíveis previstas em contrato.

A **Fiscalização** só aceitará os serviços que estiverem de acordo com as especificações técnicas e demais definições constantes no Termo de Referência e seus anexos. Os serviços que não reunirem tais condições serão rejeitados, cabendo à **Contratada** todos os ônus da rejeição, inclusive quanto a prazos e despesas para sua correção, dentro do prazo de execução do contrato. Não será admitido o recebimento provisório/ definitivo de serviço inconcluso.

### 13.2. Termo de Recebimento Provisório

Constatada a condição de conclusão do objeto através de vistoria pela Fiscalização, o Termo de Recebimento Provisório será emitido por esta fiscalização em até 15 (quinze) dias corridos após a comunicação por escrito da **Contratada**, informando sobre a conclusão do objeto do contrato.

Nos casos de contratação de projeto, o Termo de Recebimento Provisório poderá não ser emitido, cabendo a emissão direta do Termo de Recebimento Definitivo em até 30 (trinta) dias corridos após a comunicação por escrito da **Contratada** sobre a conclusão do objeto, e desde que o a conclusão do objeto tenha sido aprovada pela **Fiscalização**.

Em caso de constatação local da não finalização dos serviços e da existência de parcelas dos serviços ainda não executadas/fornecidas, não será reconhecido efeito à comunicação referida acima, o que implicará na não emissão do Termo de Recebimento e na caracterização de atraso caso ultrapassado o prazo de execução contratual.

Para o Termo de Recebimento Provisório, é imprescindível a apresentação dos documentos e atendimento aos itens destacados abaixo:

- a) Completa execução e conclusão dos serviços objeto do contrato;
- b) Baixa das responsabilidades técnicas e da CNO (Cadastro Nacional de Obras);

Todos os Termos de Recebimento deverão ser circunstanciados, emitidos em 2 (duas) vias de igual teor e assinado por ambas as partes.

### 13.3. Termo de Recebimento Definitivo

Até o final do prazo máximo de 90 dias da emissão do Termo de Recebimento Provisório, será observado o funcionamento e produtividade dos equipamentos e/ou instalações e realizada vistoria por fiscal do Sesc em Minas, distinto do fiscal titular deste Contrato com vista a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

Caso sejam constatadas novas pendências, será elaborado relatório específico das pendências identificadas e encaminhado através de notificação à empresa **Contratada**, no prazo máximo de 15 dias contados a partir da Vistoria, a fim de que sejam comunicadas e programadas a execução das correções necessárias, dentro do prazo definido pela **Fiscalização** no respectivo instrumento.



O não retorno com a programação da solução das correções apontadas, no prazo constante da notificação, caracterizará descumprimento contratual decorrente de atrasos relacionados ao pleno atendimento às especificações e qualidade contratadas, ficando a Contratada sujeita a aplicação das sanções cabíveis.

Será exigido da **Contratada** a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia da obra, tendo o direito assegurado à Administração pelo art. 618 da Lei 10.406/2002 (Código Civil), c/c o art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

As garantias deverão ser verificadas tendo como referência o Manual de Garantias do Sinduscon-MG, disponibilizado pela **Contratante** à **Contratada** antes da emissão do Termo de Início.

Sanadas as pendências e após nova comunicação escrita da **Contratada**, será efetuada Vistoria Final objetivando a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, em até 10 dias contatos da comunicação da **Contratada**.

Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, dar-se-á prosseguimento a restituição da garantia, em caso da modalidade caução. As demais garantias, expiram com o término do prazo de vigência.

Todos os Termos de Recebimento deverão ser circunstanciados, emitidos em 2 (duas) vias de igual teor e assinado por ambas as partes.

## 14. VISITA TÉCNICA

É facultativa a visita ao local para análise e melhor compreensão dos serviços, verificação das condições atuais da área e inclusive casos omissos em projetos e planilha de especificações e quantitativos.

A visita poderá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 17:00h, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores a sessão de licitação. A empresa deverá agendar previamente a visita com o **Sesc em Minas**, através dos contatos: [comunicacaogcen@sescmg.com.br](mailto:comunicacaogcen@sescmg.com.br) – (31) 3279 1405/ 1472

Para envio de e-mail, identificar no campo *assunto*, o objeto e o município a que se refere a solicitação.

A **Contratada** não poderá alegar, sob qualquer pretexto, que desconhecia as condições físicas bem como o regime de trabalho do local em que os serviços contratados serão executados.

Quaisquer dúvidas de ordem técnica porventura observadas no local deverão ser encaminhadas à Comissão Permanente de Licitação, seguindo as orientações presentes no edital.

## 15. ORIENTAÇÕES GERAIS

À **Contratada** é implicada a total e completa responsabilidade por todo e qualquer serviço e fornecimento, próprio ou de terceiros, que sejam necessários à completa e perfeita execução do objeto contratado.

O objeto poderá contemplar a execução de todos os itens apontados na descrição do objeto ou parte deles, sendo os critérios de supressão e adição, estabelecidos em conformidade com o estabelecido na resolução nº 1.570/23 do Sesc.

Todos os documentos (projetos, especificações técnicas, planilha orçamentária e memorial descritivo) disponibilizados pela **Contratante**, são partes integrantes, junto a este Termo de Referência, do contrato de serviço e devem ser analisadas e conferidas, não sendo aceitas reivindicações posteriores à assinatura do Contrato.

Nenhuma alteração se fará em qualquer especificação ou projeto, sem autorização da fiscalização da Contratante. A autorização só terá validade quando formalizada por escrito.

Todos e quaisquer serviços ou atividades necessárias para realização do objeto desta contratação deverão ser previstas em proposta, sendo de única e exclusiva responsabilidade da Contratada.

A escala de trabalho a ser desenvolvida será de inteira responsabilidade da Contratada, os custos com trabalhos em horários extraordinários (sábados, domingos, feriados e períodos noturnos) decorrentes deverão estar incluídos na proposta, para que sejam mantidos o prazo e valor contratual.

Durante a execução dos serviços, as dúvidas técnicas, porventura observadas, deverão ser dirigidas à fiscalização, para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Apenas as orientações desta fiscalização terão validade durante a execução dos serviços contratados.

Todos os documentos são complementares entre si constituindo juntamente com os projetos e detalhes, peça única. Assim, qualquer menção formulada em um documento e omitida nos outros, será considerada como especificada e válida, para efeito da composição do preço global dos serviços.

A Contratada é responsável por atentar e cumprir as condições previstas em edital e seus anexos, independente de quaisquer omissões ou erros porventura identificados, quanto a comunicação, esclarecimentos e conteúdo dos documentos disponibilizados ao longo da contratação ou execução do contrato, pela comissão de licitação e fiscalização do contrato.

As entregas de impressões de cópias destinadas à análise, aprovação e registro nos diversos órgãos e para o Sesc em Minas, inclusive seus custos, serão de responsabilidade da Contratada, não havendo qualquer tipo de reembolso pelo Sesc em Minas.

As normas técnicas internas do Sesc em Minas serão fornecidas pela Engenharia em momento oportuno, após assinatura do contrato.

A empresa **Contratada** deverá entregar um relatório da situação atual dos espaços que receberão as obras, bem como do local que será instalado o canteiro de obra.

Os projetos técnicos referentes ao respectivo objeto, serão disponibilizados às proponentes, para fins de análise do escopo e custos previstos.